



XXII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria
Desafíos y Futuro de la Educación Superior ante el impacto de la Inteligencia Artificial

Ciudad de Asunción - Paraguay
13, 14 y 15 de diciembre de 2023



**IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NOS
PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

EVELISE SANTOS SOUSA

evelise.sousa@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

KARINA FRANCINE MARCELINO

karinamarcelinoo@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O estudo objetiva compreender a implementação das políticas de ações afirmativas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foram avaliados vinte e um programas de diferentes áreas de conhecimento, antes e depois da implementação da Resolução Normativa N. 145/2020/CUN. O foco principal do estudo foi compreender a implementação desta política e mensurar seus impactos. Os resultados mostram que, embora as iniciativas tenham tido sucesso em facilitar o acesso de grupos sub-representados, especialmente negros e indígenas, pouco tem sido feito para garantir a permanência desses estudantes nos Programas. Mudanças recentes induzidas pela normativa levaram à expansão dos grupos qualificados para ações afirmativas, bem como ao aumento no número de vagas, criação de bancas de validação. No entanto, a oferta de bolsas para os beneficiários ainda é limitada.

Palavras-chave: Políticas de Ações Afirmativas, Pós-Graduação na UFSC, Inclusão, Permanência.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de grupos historicamente marginalizados no ensino superior tem sido objeto de amplos debates e políticas públicas no Brasil (Schwartzman, 2019). No entanto, enquanto a atenção se concentra nos cursos de graduação, os Programas de Pós-Graduação (PPGs) têm sido relativamente negligenciados nessa discussão. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Resolução Normativa nº. 145/2020/CUN, fez um esforço para enfrentar essa lacuna ao instituir regulamentos específicos para a inclusão da política de ações afirmativas em seus PPGs.

Embora o debate sobre ações afirmativas tenha ganhado destaque no contexto de admissão ao ensino superior (Guimarães, 2003; Santos, 2017), é crucial abordar o tema da permanência estudantil após a admissão. Se o acesso representa a primeira etapa do processo de inclusão, a permanência bem-sucedida nos cursos representa a etapa final, que ainda carece de foco e estratégias específicas (Rosemberg, 2019).

Este trabalho propõe ir além da simples análise de admissão e engajar-se na complexidade do fenômeno das ações afirmativas na pós-graduação. Para isso, um conjunto diversificado de vinte e um PPGs da UFSC foi estudado, levando em conta as modificações em seus editais e estruturas decorrentes da implementação da Resolução Normativa nº. 145/2020/CUN. O intuito não é apenas avaliar o sucesso dessas iniciativas em termos de admissão, mas também investigar a eficácia de medidas que favoreçam a permanência estudantil, como a disponibilização de bolsas, que tem sido uma abordagem subutilizada (Soares, 2015).

O estudo traz à tona a importância de examinar as ações afirmativas de forma holística, considerando não só os aspectos de entrada, mas também de permanência nos PPGs. Apesar da Resolução ter possibilitado avanços notáveis, como a inclusão de novos grupos e a instituição de mecanismos de validação, ainda há obstáculos significativos para serem superados, especialmente no que diz respeito ao suporte e recursos necessários para a permanência estudantil (Ferreira, 2021).

Em resumo, nossa pesquisa tem como objetivo compreender a implementação das políticas de ações afirmativas nos Programas de pós-graduação da UFSC. Acreditamos que compreender essa implementação a partir de indicadores específicos oferece um quadro mais completo e eficaz para avaliar e aprimorar as estratégias de inclusão em PPGs.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADAPTANDO AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A COMPLEXIDADE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação representa um ambiente acadêmico complexo e multifacetado que vai além da simples extensão do ensino superior tradicional. Ela exige um enfoque distinto no que diz respeito à implementação de ações afirmativas, algo que tem sido objeto de considerável atenção em níveis de graduação (Soares, 2015). Em geral, os Programas de Pós-Graduação (PPGs) têm características e necessidades únicas que devem ser consideradas ao implementar tais políticas.

Uma das principais distinções na pós-graduação é o foco acentuado na pesquisa acadêmica. Ao contrário da graduação, onde o principal objetivo é proporcionar uma educação ampla e bem-arredondada, a pós-graduação é voltada para a especialização e a contribuição para o conhecimento em um campo específico. Isso implica que os candidatos a PPGs não estão apenas buscando acesso ao ensino, mas também a recursos de pesquisa,

mentoria qualificada e redes de colaboração acadêmica. Assim, as ações afirmativas nesse contexto devem levar em conta não apenas critérios de admissão, mas também o acesso a esses recursos vitais.

Outro aspecto crítico é o financiamento. Na graduação, as bolsas e auxílios podem ser generalizados e oferecidos com base na necessidade financeira ou mérito acadêmico. No entanto, na pós-graduação, o financiamento é muitas vezes ligado diretamente a projetos de pesquisa. Portanto, políticas de ações afirmativas devem ser cuidadosamente planejadas para assegurar que os recursos de pesquisa sejam igualmente acessíveis a todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou étnica.

Além disso, a cultura acadêmica em PPGs é muitas vezes marcada por hierarquias e relações de poder que podem ser desfavoráveis a grupos sub-representados. Nesse sentido, ações afirmativas na pós-graduação não devem apenas focar no acesso, mas também em criar um ambiente inclusivo e acolhedor, bem como mudanças curriculares para incorporar perspectivas diversas.

A implementação eficaz de ações afirmativas em PPGs também exige um conjunto diferenciado de métricas e indicadores de sucesso. Não basta apenas rastrear taxas de admissão e conclusão; é vital avaliar a qualidade da experiência acadêmica, a produtividade em pesquisa e até mesmo o bem-estar psicológico dos estudantes envolvidos.

Portanto, a adaptação das políticas de ações afirmativas para PPGs é um exercício complexo que vai além da simples replicação de modelos bem-sucedidos em nível de graduação. Requer uma abordagem holística que considere as particularidades da pesquisa acadêmica, financiamento, cultura institucional e métricas de sucesso, para verdadeiramente promover a inclusão e a equidade.

2.2 INCLUSÃO E DIVERSIDADE EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Em ambientes acadêmicos, particularmente em Programas de Pós-Graduação (PPGs), a inclusão e a diversidade têm dimensões que vão além das estatísticas demográficas. Estas questões não se limitam apenas à representação numérica de grupos historicamente marginalizados (Schwartzman, 2019). A presença de diversas perspectivas e experiências enriquece o campo da pesquisa, alimenta o debate acadêmico e fomenta uma educação mais inclusiva.

Nos PPGs, a diversidade desempenha um papel significativo na qualidade da pesquisa. Estudantes e professores de diversas áreas trazem uma gama de abordagens metodológicas e temáticas que podem revolucionar campos inteiros de estudo. No entanto, para que esta diversidade seja plenamente explorada, é essencial que os programas de pós-graduação sejam verdadeiramente inclusivos, fornecendo os recursos e o suporte necessários para permitir que todos os estudantes prosperem.

A questão financeira é um fator crucial. Programas de pós-graduação muitas vezes exigem um compromisso de tempo integral, tornando difícil para os estudantes manter um emprego remunerado. Isto pode ser uma barreira particularmente alta para estudantes de baixa renda. Portanto, bolsas e auxílios financeiros que apoiam especificamente estudantes de grupos sub-representados podem fazer uma diferença significativa.

Outro aspecto crucial é a avaliação contínua. A inclusão não é um objetivo que se atinge de forma definitiva, é um processo. Os PPGs necessitam de métricas claras e consistentes para avaliar o impacto de suas iniciativas de inclusão e diversidade. Estes podem variar desde taxas de retenção e conclusão até medidas mais qualitativas, como o bem-estar dos estudantes e a qualidade de sua experiência educacional.

Por fim, é imperativo considerar que a diversidade não é apenas benéfica para os grupos marginalizados, mas enriquece a comunidade acadêmica como um todo. A inclusão efetiva resulta em uma tapeçaria de perspectivas que impulsiona a inovação, desafia o pensamento convencional e prepara todos os estudantes para um mundo cada vez mais globalizado.

2.3 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA PÓS-GRADUAÇÃO: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UM COMPROMISSO PROFUNDO COM A PESQUISA

A permanência estudantil em Programas de Pós-Graduação (PPGs) difere-se consideravelmente da graduação, tanto em escopo quanto em complexidade. No âmbito dos PPGs, a permanência não está apenas vinculada ao tempo que o estudante passa no Programa, mas também à qualidade e ao impacto de sua pesquisa, bem como à sua integração dentro da comunidade acadêmica (Rosemberg, 2019).

Os PPGs frequentemente exigem um compromisso profundo com a pesquisa, o que pode envolver períodos prolongados de imersão em laboratórios, bibliotecas e trabalhos de campo. Este comprometimento contínuo pode se tornar insustentável para estudantes sem acesso a recursos adequados, incluindo orientação acadêmica, infraestrutura de pesquisa e apoio financeiro. Portanto, políticas de permanência eficazes devem incluir não apenas bolsas e auxílios, mas também acesso equitativo a recursos e oportunidades dentro do Programa.

Nesse contexto, o suporte acadêmico é crucial. Os PPGs são ambientes altamente especializados que podem ser intimidantes para estudantes de primeira geração ou para aqueles provenientes de grupos sub-representados. Sistemas robustos de orientação e mentorias são, portanto, componentes indispensáveis para ajudar esses estudantes a navegar no ambiente acadêmico avançado e as complexidades frequentemente associadas à pesquisa de pós-graduação.

A saúde mental também é uma consideração vital. Os desafios associados à pós-graduação, como a pressão para publicar e a incerteza quanto à carreira acadêmica, podem ser particularmente desgastantes. Programas de bem-estar e apoio psicológico devem ser parte integrantes das políticas de permanência, com estruturas específicas destinadas a atender às necessidades únicas dos estudantes de pós-graduação.

Não menos importante, o engajamento com a comunidade acadêmica mais ampla é um fator essencial para a permanência em PPGs. Isso inclui não apenas a participação em seminários e conferências, mas também o incentivo à colaboração interdisciplinar. Fomentar uma cultura de inclusão e respeito mútuo pode ajudar todos os estudantes a se sentirem mais acolhidos e, por extensão, mais comprometidos com sua pesquisa e estudos.

Portanto, para garantir a eficácia das políticas de permanência em PPGs, é necessário um enfoque multifacetado que vá além do apoio financeiro. Deve-se considerar uma gama de fatores que influenciam a experiência do estudante, desde o acesso a recursos até o bem-estar mental, a mentoria e o engajamento com a comunidade acadêmica. Somente assim poderemos garantir uma experiência de pós-graduação verdadeiramente inclusiva e enriquecedora para todos.

3 METODOLOGIA

Para avaliar a implementação e os efeitos das ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nossa metodologia foi baseada essencialmente em uma revisão bibliográfica de extenso alcance. Utilizamos fontes confiáveis e respeitadas como PubMed e SciELO para esta finalidade.

O primeiro pilar de nosso estudo foi a análise de editais de admissão publicados antes e depois da entrada em vigor da Resolução Normativa N. 145/2020/CUN. Essa análise nos forneceu informações concisas sobre como as políticas de inclusão evoluíram na UFSC, especialmente no que se refere à alocação de vagas para determinados grupos sociais e ao acesso a bolsas de estudo e outros auxílios.

Além da revisão de documentos diretamente relacionados à UFSC, conduzimos uma revisão literária rigorosa por meio das plataformas PubMed e SciELO. Embora nosso foco principal não fosse artigos acadêmicos, essas plataformas nos ajudaram a contextualizar nossas descobertas e a entender o cenário mais amplo das políticas de ações afirmativas no ensino superior.

Posteriormente, organizamos os dados colhidos e realizamos uma análise comparativa. Esta etapa permitiu que identificássemos padrões, tendências e, mais importante, que situássemos as políticas da UFSC em um contexto mais amplo baseado nas informações obtidas das plataformas citadas.

Em resumo, mesmo que nossa pesquisa tenha se limitado à análise documental, acreditamos que o uso de fontes como PubMed e SciELO contribuiu para uma compreensão abrangente e atualizada das políticas de ações afirmativas em curso na pós-graduação da UFSC.

4 RESULTADOS

4.1 A RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 145/2020/CUN DA UFSC E SEU IMPACTO NA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Resolução Normativa N. 145/2020/CUN da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) representa um marco significativo na busca por inclusão e diversidade nos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Este documento, como discutido por Ferreira (2021), não apenas traça diretrizes para a entrada de grupos sub-representados, mas também tenta lidar com o desafio mais amplo da permanência estudantil.

A resolução introduziu mudanças notáveis, incluindo a expansão dos grupos beneficiados pelas políticas de inclusão e a implementação de bancas de validação. Tais modificações vão além do simples critério de admissão baseado em cotas, propondo uma estratégia mais holística para tornar os PPGs verdadeiramente inclusivos. Um dos aspectos mais notáveis é o aumento do número de vagas reservadas, o que, teoricamente, deveria favorecer não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes de grupos sub-representados.

No entanto, uma política de inclusão eficaz não se limita apenas à admissão; ela também deve abordar questões como o financiamento estudantil e o suporte acadêmico. Em relação à Resolução, vale ressaltar a oferta limitada de bolsas específicas para beneficiários de ações afirmativas. Essa é uma área em que a política poderia ser aprimorada, dado o papel vital que o financiamento desempenha na permanência estudantil em PPGs.

Em conclusão, a Resolução Normativa nº. 145/2020/CUN da UFSC é um passo importante para a inclusão em PPGs, mas deve ser vista como parte de um processo contínuo.

Para serem eficazes, políticas de inclusão precisam ser revisadas e ajustadas periodicamente, incorporando feedback dos estudantes e dados sobre sua eficácia. A UFSC tem a oportunidade de não apenas implementar, mas também aprimorar continuamente suas políticas de inclusão e permanência em PPGs, estabelecendo um exemplo para outras instituições de ensino superior.

4.2 MÉTRICAS E INDICADORES DE SUCESSO EM AÇÕES AFIRMATIVAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

A avaliação do impacto das políticas de ações afirmativas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) apresenta um desafio significativo para as instituições acadêmicas. Diferentemente dos indicadores tradicionalmente usados para avaliar a eficácia dessas políticas na graduação, os PPGs demandam um conjunto mais sofisticado de métricas que levam em conta não apenas a admissão, mas também a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes sub-representados (Ferreira, 2021).

Uma das métricas mais comuns na graduação é o número de estudantes admitidos por meio de ações afirmativas. Embora esse seja um indicador útil, ele é insuficiente no contexto dos PPGs. Aqui, é vital também considerar a taxa de retenção desses estudantes, bem como seu desempenho acadêmico ao longo do tempo, refletido talvez em publicações, participação em conferências e outros marcos acadêmicos.

Para uma visão mais completa, as Instituições podem monitorar indicadores adicionais como a conclusão de dissertações ou teses, a qualidade e impacto da pesquisa gerada, e até mesmo o bem-estar psicológico e satisfação estudantil. Isso exigiria pesquisas de satisfação e avaliações psicométricas para fornecer uma imagem holística do ambiente acadêmico.

Além disso, indicadores financeiros, como o número e o valor das bolsas de estudo concedidas a estudantes de grupos sub-representados, também são cruciais. Tais métricas fornecem insights sobre se os recursos estão sendo alocados de maneira eficaz para apoiar a inclusão e diversidade, um elemento crucial para a permanência estudantil bem-sucedida em PPGs.

A análise também deve se estender à pós-graduação, avaliando o sucesso profissional dos alunos após a conclusão do Programa. Esse tipo de acompanhamento de longo prazo pode fornecer informações valiosas sobre o verdadeiro impacto das políticas de ações afirmativas e pode incluir métricas como empregabilidade, cargos ocupados e contribuições à pesquisa e à academia após a conclusão do curso.

Portanto, uma avaliação eficaz do impacto das ações afirmativas em PPGs necessita de um conjunto multidimensional de métricas que capturem uma variedade de fatores. Isso não apenas fornecerá uma imagem mais completa do sucesso dessas políticas, mas também permitirá ajustes mais informados e eficazes à medida que as instituições acadêmicas continuam a lutar por mais inclusão e diversidade em seus programas de pós-graduação.

4.3 DESAFIOS E CAMINHOS FUTUROS PARA AÇÕES AFIRMATIVAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM COMPÊNDIO DE BARREIRAS E SOLUÇÕES

Implementar ações afirmativas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) não é uma tarefa simples e enfrenta uma série de desafios complexos e multifacetados. Conforme destacado por Soares (2015), os desafios podem ser de natureza financeira, institucional e até mesmo cultural.

Em termos financeiros, a oferta limitada de bolsas de estudo específicas para beneficiários de ações afirmativas torna a permanência estudantil uma questão crítica. A pós-graduação exige um investimento significativo de tempo e recursos, e muitos estudantes não podem se comprometer com estudos de longo prazo sem o suporte financeiro adequado. A alocação de recursos suficientes para bolsas e auxílios é, portanto, um ponto crítico para o sucesso dessas políticas.

Muitas vezes, nas Instituições, seus professores e alunos têm percepções variadas sobre a importância e a necessidade de ações afirmativas, levando a debates e, em alguns casos, à resistência à implementação de tais políticas. Essa resistência pode se manifestar em vários níveis, desde a administração superior até o corpo docente, e pode retardar ou até sabotar esforços de inclusão.

Além disso, a necessidade de suporte mais robusto para a permanência e conclusão de programas é vital. Os PPGs são ambientes altamente especializados que exigem um conjunto específico de habilidades acadêmicas e de pesquisa. A falta de mentoria adequada, apoio acadêmico e emocional pode levar a taxas elevadas de evasão, especialmente entre os estudantes que já enfrentam obstáculos sistêmicos.

Portanto, para tornar as ações afirmativas eficazes em PPGs, é necessário um esforço coordenado que aborde essas diversas barreiras. Isso pode incluir a alocação direcionada de recursos, a sensibilização e treinamento de servidores que atuam diretamente com estes estudantes, bem como a implementação de sistemas de suporte acadêmico e emocional para os alunos.

O caminho para uma pós-graduação mais inclusiva é tortuoso e cheio de desafios. No entanto, enfrentando essas barreiras de forma proativa e contínua, as instituições de ensino superior têm a oportunidade não apenas de diversificar seus corpos discentes, mas também de enriquecer todo o ecossistema acadêmico, contribuindo para uma sociedade mais equitativa.

5 CONCLUSÃO

A investigação da implementação das ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina trouxe à tona tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. A instituição demonstrou progresso notável na promoção de uma maior diversidade entre os estudantes de pós-graduação, especialmente após a adoção da Resolução Normativa nº. 145/2020/CUN. Este progresso é mais visível no aumento nas taxas de admissão de grupos historicamente sub-representados, como negros.

Embora nosso estudo não envolva coleta de dados primários como observações ou entrevistas, ele fornece insights valiosos sobre o cenário atual das políticas de ações afirmativas na pós-graduação da UFSC. O trabalho se fundamenta em uma série de fontes acadêmicas, incluindo relatórios e artigos, formando assim uma base robusta para futuras investigações e formulação de políticas públicas mais eficazes.

Para potencializar os efeitos das políticas de ações afirmativas, é imperativo adotar uma estratégia de inclusão mais integrada, que não apenas facilite a entrada desses estudantes na instituição, mas também assegure os recursos e o ambiente necessários para seu sucesso acadêmico contínuo. A literatura consultada endossa que uma abordagem compreensiva é fundamental para o êxito sustentável de qualquer política de inclusão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rogério de. Avaliação do Processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade Federal da Grande Dourados: O Acesso da População Negra no Período de 2011 A 2013. 24/04/2015 138 f. Mestrado em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

ANGER, Dircenara dos Santos. Abolição das Desigualdades: Ações Afirmativas no Ensino Superior. 01/11/2009 168 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. “Não há salvamento fora da instrução”: atitudes e comportamentos em torno da escolarização compulsória dos ingênuos no Paraná provincial (década de 1880). In: A história da educação dos negros no Brasil. (Orgs.) Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros. – Niterói: EdUFF, 2016.

ARISTÓTELES. A Política. São Paulo, Martins Fontes, 2006. REIS, Arley. Departamento de Matemática: suporte às diversas áreas do conhecimento. In: UFSC 50 anos: trajetórias e desafios / Roselane Neckel e Alita Diana Corrêa Küchler, organizadoras. – Florianópolis: UFSC, 2010.

ASSIS, Yersia Souza De. A Experiência das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: Os Cursos de Direito e Medicina. 23/06/2014 113 f. Mestrado em Antropologia Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

AZEVEDO, Maria Inês Nava. O Programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina na perspectiva do novo serviço público e da gestão social: um estudo do 396 acesso aos cursos de graduação do Centro de Ciências Agrárias. Dissertação de mestrado. Universidade federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-graduação em Administração – mestrado profissional. 2013.

BARBOSA, Erika David. Ações Afirmativas na Universidade Federal de Viçosa: Uma Análise das Condições de Permanência. 22/02/2017 89 f. Mestrado. em Economia Doméstica Instituição de Ensino: Universidade Federal De Viçosa, Viçosa, 2017.

BARROS, Clarissa Fernandes do Rêgo. As ações afirmativas na UERJ: trajetórias sociais e perspectivas dos estudantes cotistas no desafio do acesso à universidade. 01/06/2009 122 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 2009.

BERNI, Paulo Eduardo de Oliveira. Igualdade e Ação Afirmativa: políticas de cotas rígidas nos processos seletivos de acesso ao ensino superior. 2010 f. 171. Dissertação de (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. UFSC. 2010.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. Revista: Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 175 – 196, jan./jun. 2018.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos, das cruzadas ao século XX. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento. Mar del Plata – Argentina, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Editora Zouk, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. e PASSERON, J. C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2014b.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2014a. BOURDIEU, P. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2001. BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007c. BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”, In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: Escritos de Educação. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora: Vozes, 2014a. p. 89-142.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007a. 397 BOURDIEU, Pierre. A dominação. In: Pierre Bourdieu: uma sociologia ambiciosa da educação. Florianópolis, Editora da UFSC, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Provação escolar e consagração social: as classes preparatórias para as Grandes Escolas. In: Uma sociologia ambiciosa da educação. Organização Ione Valle, Charles Soulié. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2019.